



**1.3.4. Integração ao Mundo do Trabalho:**

**1.3.4.1. Oficinas Educacionais Comunitárias (Norte Ferroviário, Cândida de Moraes e Novo Mundo)** – As OEC atuam no eixo da formação profissional de adolescentes e jovens oriundos de famílias de baixa renda, em situação de risco pessoal e social, que se encontram fora do mercado formal de trabalho. Prestam serviços de proteção social básica, com foco no desenvolvimento de atividades que estimulem a convivência social (familiar e comunitária), o fortalecimento dos vínculos afetivos, a participação cidadã e a formação geral para o mundo do trabalho, estimulando o protagonismo social, a aquisição de novos conhecimentos e a formação de atitudes e valores, numa perspectiva de formação integral da pessoa como cidadã de direitos e deveres. Sem prejuízo da prioridade aos adolescentes e jovens, as OEC oferecem oportunidade de participação nos cursos profissionalizantes também os familiares destes e aos membros da comunidade. Com essa forma de atuação, as OEC contribuem também para o retorno e/ou permanência dos adolescentes e jovens à rede regular de ensino e viabilizam o ingresso/progresso do aluno no mercado de trabalho, inclusive como empreendedor.

**1.3.4.2. Centro de Qualificação Profissional** – O CQP é a unidade da OVG incumbida de promover a qualificação/aproveitamento profissional do cidadão, através de cursos de Língua Estrangeira, Informática, Português, Matemática, Montagem e Manutenção de Microcomputadores, etc., que além de qualificar tecnicamente facilitam a inserção/manutenção e/ou progresso no mercado de trabalho, em razão dos conhecimentos e habilidades proporcionados pelos cursos realizados.

**1.3.5. Centro Goiano de Voluntários** Consiste nas atividades destinadas a incentivar e apoiar a prática do voluntariado no Estado de Goiás. É uma unidade que recruta, capacita e encaminha às instituições sociais pessoas interessadas no trabalho voluntário, nos moldes da lei nº 9.608/98, que estatui a não geração de vínculo empregatício e de obrigações trabalhistas ou previdenciárias nesta modalidade de trabalho. Nesse campo, o CGV ministra palestras de orientação técnica para pessoas de todos os níveis culturais, interessadas na prestação de serviços voluntários. Também realiza palestras de sensibilização e orientação em empresas em órgãos públicos, visando incentivar a prática do voluntariado. Complementarmente, presta orientação às entidades interessadas em receber voluntários, com o objetivo de promover a cultura do trabalho voluntário, difundir informações e multiplicar experiências de sucesso e potencializar parcerias para o desenvolvimento de iniciativas na área.

**1.3.6. Apoio aos Municípios para Segurança Alimentar:** destinado a municípios com mais de 100.000 habitantes, atende atualmente Luziânia e Rio Verde. Este Programa foi interrompido a partir de julho de 2014 e passaram a integrar o Programa Restaurante Cidadão sob direção direta da OVG.

**1.3.7. Restaurante Cidadão** – programa de construção da Cidadania, executado pela OVG, em parceria com o Estado de Goiás, que visa fornecer aos trabalhadores menos favorecidos economicamente refeições nutritivas de qualidade, a preço subsidiado, com cardápios elaborados por Nutricionistas, de acordo com as normas dos órgãos de Saúde Pública (Vigilância Sanitária), e rigoroso controle de higiene e qualidade. O Programa conta com unidades instaladas em Goiânia, Aparecida de Goiânia e Anápolis.

**1.4. PROGRAMA BOLSA UNIVERSITÁRIA – PBUNI**

Programa do Governo Estadual, disciplinado pela Lei nº 17.405, de 06.09.2011, executado pela OVG, com base no Contrato de Gestão. Mantido com recursos do Fundo Protege Goiás, concede bolsas de estudo a alunos sem recursos financeiros próprios ou de familiares para custear os estudos, matriculados em instituições de ensino superior de natureza privada, objetivando possibilitar-lhes o acesso ao ensino superior, ampliar o número de profissionais com formação superior, habilitados para acesso ao mercado de trabalho e aptos a contribuir para o pleno desenvolvimento do Estado de Goiás, incentivar jovens e adultos a continuarem ou retomarem os estudos e reduzir o índice de evasão escolar motivada por carência financeira, nas universidades goianas.

**1.5. PROGRAMAS ESPECIAIS:**

**1.5.1. Goiás Sem Frio** – Serviço de apoio e proteção à população carente, através de Campanha que mobiliza a população em geral e particularmente os empresários e as instituições privadas, é uma articulada rede de parcerias para minimizar o sofrimento de pessoas de baixa renda, durante o inverno, com a distribuição de milhares de cobertores para entidades sociais, instituições filantrópicas, pessoas em situação de rua e famílias de baixa renda dos 246 municípios goianos. A arrecadação acontece todos os anos antes do inverno, o que possibilita realizar as doações normalmente nos meses de abril e maio, antes, pois, do período de frio, evitando que as pessoas sofram sem agasalhos.

**1.5.2. Natal OVG** – Através da promoção do Programa Natal na Praça, a OVG reconhece e viabiliza o exercício do direito da criança de se expressar pelo brincar, pela vivência artística com interação e proteção social, possibilitando a convivência, estabelecendo e fortalecendo vínculos e socialização centrada na brincadeira, com foco na garantia das seguranças de acolhida e de convívio familiar e comunitário, por meio de experiências lúdicas e da distribuição de brinquedos, na capital e em todos os demais municípios goianos. Em Goiânia, é desenvolvido com a festa natalina, na Praça Cívica, durante 20 dias, no mês de dezembro.

**1.5.3. Apoio a Romeiros** – Programa de apoio às manifestações culturais da população goiana através de ações de fortalecimento das tradições que estimulam a construção de suas histórias, vivências individuais e coletivas, com espaço para descanso e distribuição de lanches aos peregrinos nas Romarias de Trindade (Romaria do Divino Pai Eterno – nos meses de junho/julho) e Niquelândia (Romaria de Nossa Senhora D'Ábada, em Muquém, no mês de agosto).

**2 ELABORAÇÃO E APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS**

As demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2014 e 2013 foram elaboradas observando as práticas contábeis adotadas no Brasil, as quais abrangem a Legislação Societária, os Pronunciamentos, as Orientações e as Interpretações emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) e normas emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade (CFC), consubstanciadas principalmente na Interpretação Técnica ITG 2002 aplicáveis às Entidades sem finalidade de lucros aprovada pela Resolução CFC 1.409/2012, cuja síntese, está demonstrada como segue:

**2.1 RESUMO DAS PRINCIPAIS PRÁTICAS CONTÁBEIS**

As demonstrações financeiras foram elaboradas com base no custo histórico, exceto por determinados instrumentos financeiros mensurados pelos seus valores justos, conforme descrito nas práticas contábeis a seguir. O custo histórico geralmente é baseado no valor justo das contraprestações pagas em troca de ativos.

As principais políticas contábeis aplicadas na apresentação destas demonstrações financeiras estão definidas abaixo. Essas políticas foram aplicadas de modo consistente nos exercícios apresentados, salvo disposição em contrário.

**a) Moeda funcional e moeda de apresentação**

Os itens incluídos nas demonstrações financeiras da entidade são mensurados usando a moeda do principal ambiente econômico no qual a entidade atua ("a moeda funcional"). As demonstrações financeiras individuais estão apresentadas em R\$ (reais), que é a moeda funcional da entidade.

**b) Apuração do resultado**

As receitas e despesas são reconhecidas, mensalmente, respeitando os princípios Fundamentais de Contabilidade, em especial os Princípios da Oportunidade e da Competência. No que se refere às doações, estas são apropriadas em contas de receita pelo efetivo recebimento, haja vista que estas não tem restrição de uso por parte da OVG. No que se refere aos valores de subvenções governamentais provenientes do contrato de Gestão firmado com o Estado de Goiás, o recebimento dos recursos são contabilizados em contas específicas do passivo e posteriormente reconhecidos em contas de receita (resultado) ou de receita diferida (passivo) na medida em que os critérios para seu reconhecimento são realizados.

**c) Circulante e Não Circulante**

O prazo considerado para distinção entre contas Circulante e Não-Circulante foi de um exercício social completo, ou seja, 365 dias corridos a contar da data do término do exercício.

**d) Direitos de Curto Prazo**

São compostos por convênios a receber, adiantamentos, impostos a recuperar, estoques e despesas antecipadas.

**e) Provisões**

As provisões e as ações judiciais (trabalhista, cível e tributária) são reconhecidas quando: i) a Entidade tem uma obrigação presente ou não formalizada (*constructive obligation*) como resultado de eventos já ocorridos; ii) é provável que uma saída de recursos seja necessária para liquidar a obrigação; e iii) o valor puder ser estimado com segurança. Uma provisão é reconhecida no balanço quando a Empresa tem uma obrigação "legal" ou "não formalizada" presente como consequência de um evento passado e é provável que recursos sejam exigidos para liquidar esta obrigação. As provisões são registradas tendo como base as melhores estimativas de risco envolvido.

**f) Estoques**

Os estoques são demonstrados ao custo médio de aquisição ou de acordo com o valor constante no documento de doação.

Os custos dos estoques são determinados pelo método do custo médio.

Os custos de itens recebidos em doações, quando não há valor estabelecido em documento de doações, a OVG atribui um valor ao bem doado com base no valor justo no momento de seu recebimento com base em pesquisas realizadas no mercado de bens idênticos ou similares.

**g) Imobilizado**

Está demonstrado ao valor de custo de aquisição, deduzido de depreciação, quando aplicável.

A depreciação é reconhecida pelo método linear, às taxas anuais mencionadas na Nota 09 que levam em consideração o tempo de vida útil econômica dos bens e que estão em harmonia com os índices de depreciação estabelecidos pela Receita Federal do Brasil.

**h) Contas a pagar aos fornecedores**

As contas a pagar aos fornecedores são obrigações a pagar por bens ou serviços que foram adquiridos no curso normal das atividades, sendo classificadas como passivos circulantes se o pagamento for devido no período de até um ano após o encerramento do exercício social. Caso contrário, as contas a pagar são apresentadas como passivo não circulante.

**i) Patrimônio Líquido**

Representado pelo patrimônio social inicial, acrescido (reduzido) do *superávit (déficit)* apurado anualmente e pelo ajuste de avaliação patrimonial realizado em 28/11/2008 pela Câmara de Valores Imobiliários do Estado de Goiás.

**j) Tributação**

A organização é uma entidade sem fins lucrativos, isenta de recolhimento do imposto de renda e da contribuição social sobre o superávit, por isso nenhum imposto foi provisionado no passivo, em face do benefício fiscal aqui descrito. A base de cálculo, para Pis é a folha de pagamento, os quais são recolhidos mensalmente. Os benefícios fiscais estão devidamente apresentados na Demonstração do Resultado do Período e na nota explicativa 22.

**3 ESTIMATIVAS E JULGAMENTOS CONTÁBEIS CRÍTICOS**

As estimativas e os julgamentos contábeis são continuamente avaliados e baseiam-se na experiência histórica e em outros fatores, incluindo expectativas de eventos futuros, consideradas razoáveis para as circunstâncias.

**3.1 Julgamentos críticos na aplicação das políticas contábeis da entidade**

**a) Provisão para créditos de liquidação duvidosa**

Essa provisão é fundamentada em análise do histórico de perdas monitorado pela Administração, sendo constituída em montante considerado suficiente para cobrir as prováveis perdas na realização das contas a receber.

**b) Vida útil dos ativos imobilizado e intangível**

A depreciação ou amortização dos ativos imobilizado e intangível considera a melhor estimativa da Administração sobre a utilização destes ativos ao longo de suas operações. Mudanças no cenário econômico podem requerer a revisão dessas estimativas de vida útil.

**c) Provisões para riscos tributários, cíveis e trabalhistas**

A Entidade registrou provisões, as quais envolvem considerável julgamento por parte da Administração, para riscos fiscais, trabalhistas e cíveis que, como resultado de um acontecimento passado. A Entidade está sujeita a reivindicações legais, cíveis e trabalhistas cobrindo assuntos que advém do curso normal de suas atividades operacionais.

A avaliação da probabilidade de perda inclui a avaliação das evidências disponíveis, a hierarquia das leis, as jurisprudências disponíveis, as decisões mais recentes nos tribunais e sua relevância no ordenamento jurídico, bem como a avaliação dos advogados internos. As provisões são revisadas e ajustas para levar em conta alterações nas circunstâncias tais como prazo de prescrição aplicável, conclusões de inspeções fiscais ou exposições adicionais identificadas com base em nossos assuntos ou decisões de tribunais. Os resultados reais podem diferir das estimativas.

**4 Disponibilidades – Bancos e aplicações financeiras**

	2014	2013
Banco C/Movimento – Recursos sem Restrição	54.629	78.960
Banco C/Movimento – Recursos com Restrição	1.709.927	4.043.812
Aplicações Financeiras – Recursos sem Restrição (*)	398.060	26.995
Aplicações Financeiras – Recursos com Restrição (*)	1.127.719	6.315.916
<b>Total do Disponível</b>	<b>3.290.335</b>	<b>10.465.685</b>

(\*) As aplicações financeiras referem-se substancialmente a CDB/RDB, remuneradas a taxas de mercado. Esses saldos consistem em valores de liquidez imediata, com o propósito de honrar compromissos no curto prazo, rapidamente conversíveis em dinheiro e sujeitos a risco insignificante de mudança de valor.

Para maior transparência e fiscalização na utilização dos recursos recebidos pela Entidade a mesma não possui recursos em Caixa, nem mesmo para aquisição de itens de pequeno valor. Todos os recursos recebidos em dinheiro são imediatamente depositados em conta bancária específica para recebimento de recursos dessa natureza.

Cada recurso recebido em razão de convênio são alocados em conta corrente que foram criadas especificamente para gerir os mesmos e serem devidamente aplicados.

**5 Créditos a Receber**

	2014	2013
Repasses a Terceiros (i)	240.000	-
Bloqueio Judicial (ii)	79.660	-
<b>Total</b>	<b>319.660</b>	-

(i) – Adiantamentos repassados à Entidades Sociais para utilização em reformas de estruturas físicas prediais.

(ii) – Bloqueio Judicial Cível da empresa OBER S.A. conforme Acordo de parcelamento nº 200501377926 de 04/04/2014. Ficou acordado que, após quitação do referido parcelamento, será feito estorno do mesmo.

**6 Estoques**

Em 31 de dezembro os estoques estavam assim compostos e estão apresentados pelo valor de custo médio de aquisição:

	2014	2013
Almoxarifado	430.677,64	389.509,03
Bens adquirido para Doação	939.090,16	2.271.533,17
Bens recebidos para doação	171.600,38	462.366,13
Estoque Matéria Prima	1.423.727,72	912.699,28
Estoque para importados	152.830,01	0,00
<b>Total</b>	<b>3.117.925,91</b>	<b>4.036.107,61</b>

**7 Recursos em Convênio a Receber**

	2014	2013
Bolsa Universitária	18.679.126	5.276.565,03
Contrato de Gestão	139.043	0,00
<b>Total</b>	<b>18.818.169</b>	<b>5.276.565,03</b>

Representam valores pendentes de repasse para quitação de despesas já realizadas com o programa Bolsa Universitária e Contrato de Gestão contratados até 31/12/2014.

**8 Despesas a Apropriar**

	2014	2013
Seguro Veículo	22.003,54	23.304,35
Seguro Bolsista	159.750,00	55.053,45
Vale Transporte	79.560,75	74.008,10
Vale Alimentação	142.840,70	0,00
<b>Total</b>	<b>404.154,99</b>	<b>152.365,90</b>

Representam valores de seguros contratados 2014/2015 cujas despesas serão apropriadas no exercício seguinte.

O Seguro de veículos foi contratado por 12 meses, para cobrir despesas e garantir indenizações integral, perdas parcial do veículo, danos materiais a terceiros, danos corporais a terceiros, acidentes pessoais por passageiro, danos morais e assistência 24 horas/km ilimitado.

Contratação de empresa especializada para prestar serviços de seguro de acidentes pessoais coletivo, sem pró-labore, para os bolsistas do Programa Bolsa Universitária, pelo período de 12 meses.

Aquisição de vale-transporte para abastecimento de cartão do sitpass para os funcionários.

Aquisição de vale-alimentação para os funcionários.

**9 Imobilizado**

**Composição dos Saldos sem Restrição**

Discriminação	Taxa de Deprec a.a. %	CONSOLIDADO			
		Custos	Dep. Acumulada	Líquido 2014	Líquido 2013
Terrenos Urbanos		1.207.636	-	1.207.636	1.207.636
Máquinas e Equip		493.784	(285.312)	208.471	248.801
Móveis e Utensílios		544.383	(326.877)	217.506	257.049
Veículos		883.426	(644.223)	239.203	324.291
Computadores/Perif		767.005	(571.298)	195.707	277.164
Instalações		84.011	(57.979)	26.032	32.119
Prédios e Edificações		4.820.000	(1.177.025)	3.642.975	3.835.775
<b>Totais</b>		<b>8.800.244</b>	<b>(3.062.715)</b>	<b>5.737.529</b>	<b>6.182.834</b>

**Movimentação do Custo**

Discriminação	2013		Movimentação		2014
	Custo	Adições	Baixas	Doados	Custo
Terrenos Urbanos	1.207.636	-	-	-	1.207.636
Máquinas e Equip	555.262	-	(61.478)	-	493.784
Móveis e Utensílios	556.549	8.620	(20.786)	-	544.383
Veículos	883.426	-	-	-	883.426
Computadores/Perif	808.032	1.210	(42.237)	-	767.005
Instalações	85.912	-	(1.902)	-	84.011
Prédios e Edificações	4.820.000	-	-	-	4.820.000
<b>Totais</b>	<b>8.916.816</b>	<b>9.830</b>	<b>(126.403)</b>	<b>-</b>	<b>8.800.244</b>

**Composição dos Saldos com Restrição**

Discriminação	Taxa de Deprec a.a. %	CONSOLIDADO			
		Custos	Dep. Acumulada	Líquido 2014	Líquido 2013
Terrenos Urbanos		-	-	-	-
Máquinas e Equip		29.642	(1.983)	27.659	-
Móveis e Utensílios		39.457	(2.190)	37.267	-
Veículos		841.500	(107.250)	734.250	-
Computadores/Perif		60.822	(5.530)	55.292	-
Instalações		25.330	(461)	24.869	-
Prédios e Edificações		-	-	-	-
<b>Totais</b>		<b>996.750</b>	<b>(117.413)</b>	<b>879.337</b>	<b>-</b>

**Movimentação do Custo**

Discriminação	2013		Movimentação		2014
	Custo	Adições	Baixas	Doados	Custo
Terrenos Urbanos	-	-	-	-	-
Máquinas e Equipamentos	29.642	-	-	-	29.642
Móveis e Utensílios	39.827	(370)	-	-	39.457
Veículos	841.500	-	-	-	841.500
Computadores/Perif	60.822	-	-	-	60.822
Instalações	25.330	-	-	-	25.330
Prédios e Edificações	-	-	-	-	-
<b>Totais</b>	<b>997.121</b>	<b>(370)</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>996.750</b>

**10 Fornecedores**

	2014	2013
Fornecedores a Pagar	23.336.314,81	16.053.404,58

Os saldos das contas fornecedores a pagar em 31/12/2014 de R\$ 23.336.315 estão compostos por sua maioria com recursos a repassar para as faculdades a título do Convênio No. 001/2011 (Programa de Bolsas Universitárias) assinado entre a OVG e o Estado de Goiás, através da Secretaria de Estado de Gestão e Planejamento (SEGPLAN) tendo como contrapartida conta do Ativo Circulante do grupo de Antecipação de Recursos em Convênio.